



1º Simulado Preparatório Gratuito Concurso do Ministério Público do Ceará

Cargo: Técnico Ministerial

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 4h30
- ✓ Banca Organizadora: CESPE
- ✓ Número de Questões: 120 + Redação
- ✓ Modalidade: Certo ou Errado

Conteúdo / Nº de Questões

- Língua Portuguesa – 20
- Legislação Estadual e Legislação Aplicada ao Ministério Público – 15
- Ética no Serviço Público – 15
- Noções de Direito Administrativo – 10
- Noções de Direito Constitucional – 10
- Noções de Administração – 10
- Noções de Direito Civil – 10
- Noções de Direito Processual Civil – 10
- Noções de Direito Penal – 10
- Noções de Direito Processual Penal – 10

Importante

1. Curta nossas páginas:  
2. Este simulado é gratuito – compartilhe com seus amigos!
3. Caso tenha dúvidas ou sugestões, entre em contato conosco.
4. Tenha uma ótima preparação – Estamos torcendo por você!

Bom Simulado!

Língua Portuguesa

Texto I

1 O maior desafio do Poder Judiciário no Brasil é tornar-se cada vez mais acessível às pessoas, até mesmo a quem não pode arcar com o custo financeiro de um processo.

4 De um modo amplo, o acesso à justiça significa a garantia de amparo aos direitos do cidadão por meio de uma ordem jurídica justa e, caso tais direitos sejam violados, a
7 possibilidade de ele buscar a devida reparação. Para tornar efetivo esse direito fundamental e popularizá-lo, foram feitas várias mudanças na lei ao longo dos anos. Esse movimento de
10 inclusão é conhecido como ondas renovatórias. Atualmente, já se fala no surgimento da quarta onda, que está relacionada aos avanços da tecnologia.

13 Na primeira onda renovatória, buscou-se superar as barreiras econômicas do acesso à justiça. No Brasil, as medidas para garantir a assistência judiciária a quem não pode arcar
16 com as custas de um processo ou ser assistido por um advogado particular foram efetivadas principalmente pela Lei n.º 1.060, de 1950, e pela criação da Defensoria Pública da
19 União, em 1994, que atende muitos segurados do INSS que têm de recorrer ao Poder Judiciário para conseguir um benefício.

A segunda onda renovatória enfrentou os desafios de
22 tornar o processo judicial acessível a interesses coletivos, de grupos indeterminados, e não apenas limitado a ser um instrumento de demandas individuais. Para assegurar a tutela
25 dos direitos difusos, que dizem respeito à sociedade em geral, foram criados instrumentos para estimular a democracia participativa. Os principais avanços ocorreram com a entrada
28 em vigor da Lei da Ação Civil Pública, em 1985, e do Código de Defesa do Consumidor, em 1990, que, conjuntamente, formaram o microsistema processual para assegurar os
31 interesses da população.

A terceira onda encorajou uma ampla variedade de reformas na estrutura e na organização dos tribunais, o que
34 possibilitou a simplificação de procedimentos e, consequentemente, do processo. Entendeu-se que cada tipo de conflito tem uma forma adequada de solução: a decisão final
37 para uma controvérsia pode ser tomada por um juiz, árbitro ou pelas próprias partes, com ou sem o auxílio de terceiros neutros, como mediadores e conciliadores.

40 Hoje, na quarta onda renovatória, a chamada revolução digital e suas mudanças rápidas aceleraram a engrenagem judicial. Esse processo de transição do analógico
43 para o digital não se resume apenas à virtualização dos tribunais com a chegada do processo eletrônico. As tecnologias da informação e comunicação oferecem infinitas possibilidades
46 para redesenhar o que se entende por justiça.

As plataformas digitais de solução de conflitos popularizaram serviços antes tidos como caros e pouco
49 acessíveis. Hoje existe até a oferta de experiências de cortes *online*, nas quais as pessoas têm acesso aos tribunais com um clique, sem sair de casa.

(Mariana Faria)

Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. A eliminação da vírgula empregada imediatamente após “difusos” (ℓ.25) não comprometeria a correção gramatical do texto, mas alteraria os seus sentidos originais.

02. As ondas renovatórias estão estreitamente relacionadas com a criação e modificação de leis para impulsionar a popularização do acesso à justiça.

03. No trecho “A terceira onda encorajou uma ampla variedade de reformas na estrutura e na organização dos tribunais” (ℓ. 32 e 33), o verbo encorajar tem o mesmo sentido de incentivar.

04. A expressão “esse direito fundamental” (ℓ.8) refere-se a “o acesso à justiça” (ℓ.4).

05. Como o texto elenca fatos ocorridos ao longo da história da justiça brasileira, é correto classificá-lo como predominantemente narrativo.

06. O autor levanta argumentos para defender a ideia de que a quarta onda renovatória supera as anteriores.

07. Virtualização e celeridade são atributos da quarta onda renovatória.

08. A terceira onda renovatória restringe tipos de acesso à justiça garantidos na segunda onda renovatória.

09. A segunda onda renovatória é marcada pelo estímulo à participação dos cidadãos para a reivindicação democrática de interesses coletivos.

10. A primeira onda renovatória caracteriza-se pela busca da promoção do acesso à justiça para os mais desfavorecidos economicamente.

11. A ampliação do acesso à justiça no Brasil é um processo que se iniciou com a revolução digital.

12. A forma verbal “têm” (l.20) concorda com o termo “muitos segurados do INSS” (l.19).

Texto II

1 O Brasil, durante a maior parte da sua história, manteve uma cultura familista e pró-natalista. Por cerca de 450 anos, o incentivo à fecundidade elevada era justificado em função da prevalência de altas taxas de mortalidade, dos interesses da colonização portuguesa, da expansão da ocupação territorial e do crescimento do mercado interno.

7 Durante o período do Estado Novo (1937-1945), no governo de Getúlio Vargas, foram adotados dispositivos legais para fortalecer a família numerosa, por meio de diversas medidas: desestímulo ao trabalho feminino; facilidades para a aquisição de casa própria pelos indivíduos que pretendessem se casar; complemento de renda dos casados com filhos e regras que privilegiavam os homens casados e com filhos quanto ao acesso e à promoção no serviço público.

16 O artigo 124 da Constituição Brasileira de 1937 afirmava: “A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção de seus encargos”. Naquele período, além dos incentivos ao casamento e à reprodução, vigia uma legislação que proibia o uso de métodos contraceptivos e o aborto: o Decreto Federal n.º 20.291, de 1932, que vedava a prática médica que tivesse por fim impedir a concepção ou interromper a gestação, e a Lei das Contravenções Penais, sancionada em 1941, que proibia “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar o aborto ou evitar a gravidez”.

(José Eustáquio Diniz Alves)

Com relação a aspectos linguísticos do texto II, julgue os seguintes itens.

13. A substituição de “foram adotados” (l.8) por adotou-se preservaria a correção e o sentido do texto.

14. A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o trecho “que tivesse por fim impedir a concepção” (l. 22 e 23) fosse assim reescrito: adotada afim de impedir a concepção.

15. Seriam mantidos o sentido e a correção do texto caso o trecho “complemento de renda dos casados com filhos e regras que privilegiavam os homens casados e com filhos” (l. 12 e 13) fosse reescrito da seguinte forma: complementar à renda dos casados com filhos e privilegiar aos homens casados e com filhos.

16. A forma verbal “vigia” (l.20) tem, no texto, o sentido de estava vigente.

17. O trecho “da prevalência de altas taxas de mortalidade, dos interesses da colonização portuguesa, da expansão da ocupação territorial e do crescimento do mercado interno” (l. 4 a 6) constitui uma enumeração que complementa o sentido da expressão iniciada por “em função” (l.4).

18. A legislação vigente na primeira metade do século XX desestimulava o controle da natalidade pela população brasileira.

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens a seguir.

19. Emprega-se o fecho “Atenciosamente” em comunicações oficiais dirigidas a autoridades de mesma hierarquia do remetente ou de hierarquia inferior à deste.

20. O MRPR estabelece o padrão oficial de linguagem, segundo o qual textos oficiais devem ser redigidos de maneira formal e impessoal.

Legislação Estadual e do MP

Com base na Constituição do Estado do Ceará, julgue os itens abaixo.

21. Poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma dela pela maioria relativa de seus membros.

22. A proposta de emenda será discutida e votada pela Assembleia Legislativa, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

23. Não será objeto de emenda proposta que vise abolir a autonomia dos Municípios.

24. A Constituição pode ser emendada mediante proposta de um quinto, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta de seus membros; ou de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por um por cento dos eleitores.

25. A Constituição prevê iniciativa compartilhada em favor de entidades da sociedade civil, legalmente constituídas.

Com relação ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará (Lei nº 9.826/1974), julgue os próximos itens.

26. Após a aprovação em concurso público, quando o servidor for nomeado para cargo de classe inicial, essa nomeação será feita em caráter efetivo.

27. Se um servidor estiver no exercício cumulativo de dois cargos distintos, será facultado a ele transpor o tempo de serviço de um para o outro cargo.

28. É vedada a prorrogação, de ofício, de licença de servidor.

29. Em razão de os motivos de sua aposentadoria por invalidez terem-se tornado insubsistentes, Jorge foi desaposentado e reingressou no serviço público estadual. Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu o provimento de cargo público sob a forma de reversão.

30. O período máximo de afastamento de servidor para gozo de licença para acompanhar seu cônjuge é de quatro anos consecutivos.

31. Caso cometa, no exercício de sua função, ato passível de punição, estando em legítima defesa ou em estado de necessidade, o servidor público não será responsabilizado penalmente, mas poderá sê-lo administrativamente pelo que cometer.

32. No processo administrativo, o pedido de reconsideração e o recurso, em regra, têm efeito suspensivo.

33. No processo administrativo, o direito de pleitear na esfera administrativa prescreve, em regra, em trinta dias.

34. A vacância de cargo público resultará de falecimento.

35. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável ficará em disponibilidade remunerada por tempo indeterminado.

Ética no Serviço Público

Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue os seguintes itens.

36. O servidor público poderá abrir mão do elemento ético de sua conduta quando, no exercício de sua função, determinada situação exigir rapidez e celeridade.

37. As ações éticas são aquelas realizadas racionalmente pelo ser humano em busca do bem, à luz de princípios morais, e que podem enunciar normas do dever ser de determinados grupos sociais em seus diferentes contextos, para atingir fins morais.

38. A punição prevista para servidor por desvio de conduta ética reconhecido por comissão de ética é a censura ética.

39. A ausência injustificada de um servidor público ao seu local de trabalho constitui fator de desmoralização do serviço público.

40. O uso do cargo ou função pública para obter favorecimento, desde que não haja prejuízo a outrem, não constitui afronta à ética e à moral do serviço público.

41. O servidor que alegar desconhecimento de alguma norma de serviço ou legislação inerente ao órgão em que atua contrariará os preceitos fundamentais de ética do setor público.

42. A comissão de ética de um órgão, caso todos os seus integrantes estejam de acordo, pode aplicar penas que vão desde a censura até a demissão de um servidor.

À luz da Lei n.º 8.429/1992, julgue os seguintes itens.

43. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial ou dilapidação dos bens, notadamente permitindo a aquisição, permuta ou locação de bem por preço superior ao de mercado.

44. Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo e, notadamente, perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública.

45. Terceiro não enquadrado ou não equiparado à definição de agente público que obtiver vantagem decorrente de ato ímprobo será responsabilizado

culposamente, ainda que tenha agido de boa-fé e sem ciência da origem ilícita do proveito auferido.

46. O agente público que nega publicidade de atos administrativos oficiais comete ato ímprobo que atenta contra os princípios da administração pública.

47. Quando, da conduta ímproba, decorrerem danos de comprovada gravidade, lesivos ao erário, incidirá a responsabilidade objetiva do agente, independentemente da demonstração de má-fé ou de erro.

48. O servidor público que deixar de prestar contas, embora tenha a obrigação legal de fazê-lo, praticará ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

49. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público está sujeito às cominações dessa lei até o limite do valor da herança.

50. O agente público que se recusar a fornecer, dentro do prazo determinado, a declaração de bens será punido com a pena de demissão.

Noções de Direito Administrativo

No que se refere à Administração Pública, julgue os itens.

51. A administração direta alcança os órgãos dos poderes políticos dos entes federativos com competência administrativa.

52. A descentralização pode se dar em caráter genérico, com atividades abrangentes, que poderão ser mais bem concretizadas segundo a interpretação do administrador.

53. O ato administrativo tido como eficaz é, de pronto e necessariamente, exequível.

54. Nem todos os atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, como é o caso da cobrança de multa.

55. São irrevogáveis os atos administrativos que, instituídos por lei, confirmam direito adquirido.

56. Decai em cinco anos o direito da administração de anular os atos administrativos que tenham produzido efeitos favoráveis aos administrados.

57. O poder regulamentar representa a prerrogativa do Poder Público de editar atos normativos de natureza primária para a concretização do interesse público em sentido amplo.

58. O poder de polícia restringe-se aos agentes da polícia civil e federal.

59. Como condição para participação no certame licitatório na modalidade pregão, o licitante deverá oferecer garantia da proposta e obrigatoriamente adquirir o edital.

60. Segundo a teoria do risco administrativo, a responsabilidade estatal não é genérica e indiscriminada, podendo ser afastada, por exemplo, na hipótese de culpa exclusiva da vítima.

Noções de Direito Constitucional

No que se refere aos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF) e sobre a Organização Político-Administrativa, julgue os próximos itens.

61. A concessão de asilo político é um direito individual previsto no art. 5.º da CF.

62. São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

63. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

64. Por gozar de autonomia, o Distrito Federal pode auto-organizar-se por meio de lei orgânica própria.

65. Caso não exista lei federal que disponha normas gerais relativas a tecnologia, os estados poderão exercer a competência legislativa plena, necessária ao atendimento de suas peculiaridades.

66. Legislar sobre a responsabilidade por dano ao meio ambiente compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal.

Julgue os itens a respeito das liberdades e direitos previstos na Constituição Federal de 1988 (CF).

67. A vedação à censura consagra uma proteção negativa à liberdade de manifestação do

pensamento, não afastando, todavia, a possibilidade de responsabilização civil e(ou) criminal por eventuais excessos.

68. São privativos de brasileiro nato os cargos de ministro dos tribunais superiores, de oficial das Forças Armadas e de ministro de Estado.

69. Os partidos políticos devem possuir caráter nacional, não apenas regional ou estadual.

Acerca da estruturação orgânica do Ministério Público, julgue o item seguinte.

70. O Ministério Público da União é constituído pelo Ministério Público de Contas da União, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público Militar e pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

Noções de Administração

Com relação às noções de administração, a funções administrativas e aos diversos enfoques da administração, julgue os itens.

71. A abordagem clássica da administração concentrou-se nos níveis de direção das organizações, tendo em vista a dificuldade de levantamento de dados sobre os níveis operacionais.

72. A administração pública burocrática é autorreferente, ao passo que a administração gerencial é orientada para o cidadão.

73. O modelo burocrático foi adotado por diversos países em substituição ao modelo patrimonialista de administração pública, no qual o patrimônio público não se distinguia do privado

74. Segundo a abordagem sistêmica da administração, as organizações funcionam de forma estanque e isolada.

75. As funções de administração devem ser executadas em sequência nos procedimentos administrativos, de modo a manterem a coerência e a eficiência.

76. Definir a missão da organização, designar as pessoas, dividir o trabalho e definir e controlar o desempenho são funções da administração

relacionadas, respectivamente, ao planejamento, à organização, à direção e ao controle.

77. Balanced scorecard é um sistema de medição de desempenho que se baseia em quatro perspectivas de análise complementares: finanças, processos internos, clientes, e aprendizado e inovações (ou crescimento).

78. De acordo com a visão contemporânea de comportamento organizacional, o conflito é um estado desejável, pois pode incentivar a busca por novas táticas e estratégias e ser um auxílio à suplantação da estagnação.

79. Líderes contribuem para o bom desempenho de pessoas e equipes de trabalho ao adotarem ações orientadas às tarefas e às atividades, bem como ações orientadas aos relacionamentos interpessoais, o que caracteriza um estilo integrador, conforme as abordagens comportamentais.

80. A maturidade dos processos de gestão de pessoas contribui para que as organizações alcancem vantagem competitiva e capacidades de mudança e inovação contínuas

Noções de Direito Civil

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei de Introdução ao Código Civil — Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

81. O intervalo temporal entre a publicação e o início de vigência de uma lei denomina-se *vacatio legis*.

82. Se a lei não dispuser em sentido diverso, a sua vigência terá início noventa dias após a data de sua publicação.

83. Derrogação é o fenômeno que ocorre quando há revogação total de uma lei.

Acerca dos direitos da personalidade, julgue os itens a seguir.

84. O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória.

85. O início da personalidade civil das pessoas físicas ocorre com a concepção, e o das associações de direito privado, com a inscrição de

seus atos constitutivos no registro peculiar, desde que tenham sido previamente aprovados pelo Poder Executivo.

86. As crianças e os adolescentes com menos de dezesseis anos de idade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

Em relação aos contratos, julgue os itens a seguir.

87. Com fundamento no princípio da autonomia privada, as partes podem estipular contratos atípicos.

88. A evicção consiste na perda da coisa adquirida somente em contrato gratuito translativo de posse e propriedade de bens.

No que se refere ao direito de família, julgue os itens a seguir.

89. O casamento nupucativo é o que ocorre quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida.

90. Apesar de não reconhecer a personalidade do nascituro, o Código Civil põe a salvo os seus direitos desde a concepção. Nesse sentido, na hipótese de interdição de mulher grávida, o curador desta será também o curador do nascituro.

Noções de Direito Processual Civil

Acerca dos sujeitos do processo e do Ministério Público, julgue os itens.

91. O advogado não poderá renunciar ao mandato, uma vez que a sua revogação pode ocorrer somente por vontade da parte.

92. O autor, o réu ou o interveniente que litigarem de má-fé responderão por perdas e danos causados à parte prejudicada.

93. Se os interesses do incapaz colidirem com aqueles do seu representante legal, o juiz nomeará um curador especial.

94. Atuando no processo civil, como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá legitimidade recursal.

95. Na atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, é imprescindível que a fazenda pública seja parte no processo.

No que se refere à Ação Civil Pública, julgue os itens abaixo.

96. Tem por objeto as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados, dentre outros, ao patrimônio público e social.

97. O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

98. Não é cabível a dedução de pretensão que envolva tributos por meio de Ação Civil Pública.

Acerca dos atos processuais, julgue os seguintes itens.

99. De acordo com o código de processo civil, os atos do juiz consistem em sentenças, decisões interlocutórias e atos ordinatórios.

100. Ato processual eletrônico pode ser praticado em qualquer horário desde que até as vinte horas do último dia do prazo.

Noções de Direito Penal

Acerca do crime e da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens a seguir.

101. A extraterritorialidade da lei penal condicionada e a da incondicionada têm como elemento comum a necessidade de ingresso do agente no território nacional.

102. Com relação ao tempo do crime, adota-se no CP a teoria da ubiquidade.

103. As leis temporárias, diversamente das leis excepcionas, têm ultra-atividade

104. De acordo com o Código Penal, considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu seu resultado.

105. Considere a seguinte situação hipotética. Lúcia, maior, capaz, no final do expediente, ao abrir o carro no estacionamento do local onde trabalhava, percebeu que esquecera seu filho de seis meses de idade na cadeirinha de bebê do banco traseiro do automóvel, que permanecera

fechado durante todo o turno de trabalho, fato que causou o falecimento do bebê. Nessa situação, Lúcia praticou o crime de abandono de incapaz, na forma culposa, qualificado pelo resultado morte.

106. Constitui lesão corporal grave a agressão contra um cadáver ou destruição parcial do corpo ou de parte deste.

107. O crime de extorsão mediante sequestro, desde que se prove que a intenção do agente era, de fato, sequestrar a vítima, se consuma no exato instante em que a pessoa é sequestrada, privada de sua liberdade, independentemente de o(s) sequestrador(es) conseguir(em) solicitar(em) ou receber(em) o resgate.

108. Conforme o disposto no CP, manter relações sexuais com menores de dezoito anos de idade, ainda que com o consentimento da vítima, caracteriza, em qualquer caso, estupro de vulnerável.

109. Não é possível a concessão de anistia, graça ou indulto àqueles que tenham praticado crimes hediondos.

110. A Lei Maria da Penha incide apenas nos casos em que a violência doméstica e familiar contra a mulher, que consiste em ação ou omissão, baseada no gênero, que resulte em morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, é praticada no âmbito da unidade doméstica.

Noções de Direito Processual Penal

A respeito da ação penal, julgue os itens a seguir.

111. Situação hipotética: Antônio e Pedro são autores de um mesmo crime contra João. Assertiva: Nessa situação, João poderá renunciar ao exercício de seu direito de queixa em relação a Antônio e mantê-lo em relação a Pedro.

112. O Ministério Público detém, privativamente, a legitimidade para propor ação penal pública, ainda que a proposição seja condicionada à representação do ofendido ou à requisição do ministro da Justiça.

113. A legitimação ativa para a ação penal e a definição de sua natureza decorre da lei, sendo, de

regra, ação pública, salvo se a lei expressamente a declara privativa do ofendido.

114. A ação penal pública condicionada à representação da vítima inicia-se mediante o recebimento da queixa pelo juiz competente.

No que se refere aos tipos de prisão, aos meios processuais para assegurar a liberdade e sobre citações e intimações, julgue os seguintes itens.

115. Membro do Ministério Público não tem legitimidade ativa para impetrar habeas corpus, mesmo que conste alguma das hipóteses de ilegalidade na prisão do autor do delito.

116. A prisão preventiva poderá ser decretada no curso da investigação criminal ou em qualquer fase do processo penal apenas se houver requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial.

117. A situação de flagrância pode se estender por mais de 24 horas se o agente, após cometer infração penal, for perseguido ininterruptamente pela autoridade policial.

118. Em processo penal, se verificar que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça deverá certificar a ocorrência e proceder à citação com hora certa.

119. O réu citado por edital é considerado foragido, impondo-se a decretação de sua prisão preventiva.

120. No processo penal, os prazos são contados a partir da data da intimação, e não da data de juntada do mandado ou da carta precatória ou de ordem aos autos.

Proposta de Redação

“A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA VIDA DO CIDADÃO”

Texto de Apoio – Cerca de 62,6 milhões de brasileiros terminaram 2018 com alguma conta atrasada e com o CPF negativado, o que representa 41% da população adulta do país. Em 2017, eram 60,2 milhões de brasileiros. As estimativas são do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e foram divulgadas nesta terça-feira (15). Essa estimativa parte dos dados do SPC Brasil, mas é aplicada uma metodologia para calcular a situação que represente toda a população brasileira. Mesmo com a lenta recuperação econômica, as famílias ainda enfrentam dificuldades para honrar seus compromissos em dia, disse o presidente da CNDL, José Cesar da Costa. “(...) o brasileiro, mesmo diante da crise recente, ainda não aprendeu a gerenciar melhor as finanças.” A economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, afirma que as notícias para 2019 tendem as melhores e o processo de recuperação econômica deve se acelerar.

A partir da leitura do texto de apoio e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “A importância da educação financeira na vida do cidadão”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

OBSERVAÇÕES:

1. A redação deverá conter no mínimo 100 (cem) palavras, considerando-se palavras todas aquelas pertencentes às classes gramaticais da Língua Portuguesa.
2. Não copie os textos da prova, sob pena de ter a redação zerada.
3. Recomenda-se que a redação seja escrita em letra cursiva legível. Caso seja utilizada letra de forma (caixa alta), as maiúsculas deverão receber o devido realce.
4. Dê um título à redação.
5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que:
 - a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
 - b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
 - c) apresentar desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
 - d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
 - e) entregar a redação em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
 - f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

Folha – Redação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Cartão-Resposta

01	C	E	21	C	E	41	C	E	61	C	E	81	C	E	101	C	E
02	C	E	22	C	E	42	C	E	62	C	E	82	C	E	102	C	E
03	C	E	23	C	E	43	C	E	63	C	E	83	C	E	103	C	E
04	C	E	24	C	E	44	C	E	64	C	E	84	C	E	104	C	E
05	C	E	25	C	E	45	C	E	65	C	E	85	C	E	105	C	E
06	C	E	26	C	E	46	C	E	66	C	E	86	C	E	106	C	E
07	C	E	27	C	E	47	C	E	67	C	E	87	C	E	107	C	E
08	C	E	28	C	E	48	C	E	68	C	E	88	C	E	108	C	E
09	C	E	29	C	E	49	C	E	69	C	E	89	C	E	109	C	E
10	C	E	30	C	E	50	C	E	70	C	E	90	C	E	110	C	E
11	C	E	31	C	E	51	C	E	71	C	E	91	C	E	111	C	E
12	C	E	32	C	E	52	C	E	72	C	E	92	C	E	112	C	E
13	C	E	33	C	E	53	C	E	73	C	E	93	C	E	113	C	E
14	C	E	34	C	E	54	C	E	74	C	E	94	C	E	114	C	E
15	C	E	35	C	E	55	C	E	75	C	E	95	C	E	115	C	E
16	C	E	36	C	E	56	C	E	76	C	E	96	C	E	116	C	E
17	C	E	37	C	E	57	C	E	77	C	E	97	C	E	117	C	E
18	C	E	38	C	E	58	C	E	78	C	E	98	C	E	118	C	E
19	C	E	39	C	E	59	C	E	79	C	E	99	C	E	119	C	E
20	C	E	40	C	E	60	C	E	80	C	E	100	C	E	120	C	E

Gabarito – 1º Simulado

01	C	21	C	41	C	61	E	81	C	101	E
02	C	22	C	42	E	62	C	82	E	102	E
03	C	23	C	43	C	63	E	83	E	103	E
04	C	24	E	44	C	64	C	84	E	104	E
05	E	25	C	45	E	65	C	85	E	105	E
06	E	26	C	46	C	66	C	86	C	106	E
07	C	27	E	47	E	67	C	87	C	107	C
08	E	28	E	48	C	68	E	88	E	108	E
09	C	29	C	49	C	69	C	89	C	109	C
10	C	30	E	50	C	70	E	90	C	110	E
11	E	31	E	51	C	71	E	91	E	111	E
12	C	32	E	52	E	72	C	92	C	112	C
13	E	33	E	53	E	73	C	93	C	113	C
14	E	34	C	54	C	74	E	94	C	114	E
15	E	35	C	55	C	75	E	95	E	115	E
16	C	36	E	56	C	76	E	96	C	116	E
17	C	37	C	57	E	77	C	97	C	117	C
18	C	38	E	58	E	78	C	98	C	118	C
19	C	39	C	59	E	79	C	99	E	119	E
20	E	40	E	60	C	80	C	100	E	120	C

- São 13 Vagas para Técnico Ministerial!
- Salário: R\$ 4.038,91 (30 Horas Semanais)
- Estamos torcendo por você!



SIMULADOSBR